

O fio de Ariadne

L. G. NASCIMENTO SILVA

Agrava-se indiscutivelmente o conflito entre o Presidente José Sarney e os constituintes, melhor dito, e a classe política. Postula esta que a eleição presidencial tenha lugar ainda este ano, provavelmente em novembro, para tanto reduzindo a quatro anos o mandato do Presidente. Isso importará na aceleração dos trabalhos da Constituinte. Pretende o Presidente Ulysses Guimarães que eles se encerrem em final do mês de abril. Não é sem tempo, mas duvidamos muito que se consiga esse resultado.

Já o Presidente julga que não será possível acelerar-se tanto o processo sucessório, defendendo, de um lado, a impossibilidade jurídica da redução de seu mandato a menos de cinco anos, com apoio em uma esdrúxula tese sustentada pelo Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e, de outro, com a inviabilidade de se reduzirem os prazos necessários para que se organize o processo que uma eleição presidencial exige, além da imprescindível recolocação do novo sistema constitucional, com a eleição de assembleias constituintes nos Estados para elaboração das Constituições de cada Estado, e demais reajustes das principais leis federais à nova Constituição. Tudo isso, crê o Presidente, empurrará inevitavelmente para 1989 a conveniência, senão mesmo a possibilidade, de realização de eleições presidenciais ainda em 1988.

Não é bem assim. É meridiana-mente claro que o ajustamento das Constituições estaduais à nova Constituição federal se pode fazer já sob o comando nacional de um novo Presidente da República e sob a vigência da nova Constituição. E assim se procedeu sempre com relação às várias modificações constitucionais ocorridas no País sob o regime republicano.

Por outro lado, é evidente que uma antecipação das eleições presidenciais de 1989 para 1988 está ganhando corpo e espaço pelo desajuste que se acentua no campo da Administração Pública. É que o Governo não se caracteriza por um comando uniforme. Os Ministros não se consideram mais sujeitos a uma nítida unidade governamental. Alguns já dizem publicamente que o Presidente não governa. Cada um vai para seu lado, e o Presidente não impõe, com a necessária energia, uma coordenada atuação administrativa.

Isso o tem conduzido também a uma atitude de verdadeiro confronto com a Constituinte, transformando a sua habitual "Conversa ao pé do rádio", até há pouco uma eufórica enumeração dos êxitos do seu governo, e nas duas últimas sextas-feiras se transformando em uma diatribe contra os políticos e a Assembléia Nacional Constituinte, chegando a denunciar neles os propósitos de desestabilizar o seu governo e as instituições democráticas do País. Insurge-se o Presidente ainda contra o que vislumbra na Constituinte, ou seja, o propósito de dotar o País de uma Constituição que consagraria a ingovernabilidade do País por seus preceitos conflitantes, uns contra os outros, transferindo, ademais, do Executivo para o Congresso o comando efetivo da Nação. E, vamos convir, há bastante razão para essa advertência.

Agora, entretanto, os dados já estão lançados. O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, já se apresenta como candidato ostensivo à Presidência da República para uma eleição a realizar-se em 1988. Não lhe faltam títulos para tanto. Trata-se de um hábil e experimentado político, que consagrou toda a sua vida ao Parlamento, salvo quando ocupou, por um pequeno período, o

Ministério da Indústria e do Comércio, no Governo João Goulart. Falta-lhe, por certo, maior experiência administrativa, mas possui, de sobejo, habilidade política. E por isso não se compreende bem o porquê da intempestiva agressão do Presidente da Constituinte aos militares componentes da Junta Militar de 1969, classificando-os como "os três patetas de 1969". Essa descabida agressão provocou uma pronta e justa reação dos Ministros militares e uma repulsa da própria classe política.

Mas não é só Ulysses que é candidato. Não, os pretendentes ao cobiçado e relevante posto não escasseiam, bem pelo contrário são muitos. Governadores de Estados, ex-Ministros, Senadores e Deputados, enfim toda a classe política aguça seus ouvidos à escuta do mais leve aceno ou possibilidade de vir a exercer o supremo "munus" público. E o canto das se-reias soa sempre bem, melodioso e convidativo.

O Presidente Sarney precisa, pois, agir com esperteza e sabedoria, se quiser mesmo garantir para si o mandato de cinco anos, a que tanto aspira. Em primeiro lugar deve consagrar-se de corpo inteiro à Administração. Precisa, neste difícil ano de 1988, obter de seu Ministério uma gestão coesa e uniforme. Não precisa debruçar-se tanto sobre os políticos, classe cuja versatilidade é bem conhecida, mas amparar-se em valores efetivos que garantam à sua administração uma gestão de êxito. E apostar firme na delonga dos trabalhos da Constituinte que pode jogar para o fim do ano o término de seus trabalhos apresentando então a Constituição tão desejada por todos.

Precisa o Presidente, se quiser ter êxito, não tentar cortar o nó górdio de um golpe só, mas sim, com calma e habilidade, tecer um sutil fio de Ariadne.